

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

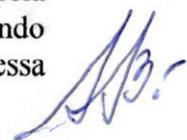
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa



base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

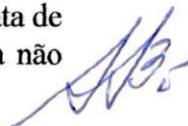
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



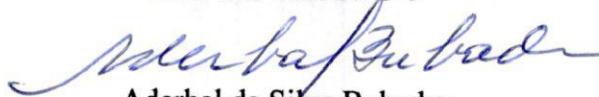
□ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de abril de 2020.

ASB AUDITORES

CRC-RS 002927/O-9



Aderbal da Silva Bubadra

Contador CRC/RS 013771/O-7

CNAI 64

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE

PORTO ALEGRE - RS CNPJ 92.852.680/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**ATIVO**

	2019	2018
CIRCULANTE	5.075.550,76	5.794.582,63
DISPONIBILIDADES	3.556.372,89	3.951.761,90
Caixa	20.750,92	18.899,70
Bancos contas movimento e poupança	582.617,74	517.971,86
Aplicações financeiras	2.953.004,23	3.414.890,34
DIREITOS REALIZÁVEIS	1.519.177,87	1.842.820,73
Créditos educacionais a receber	1.209.755,03	1.338.382,52
Adiantamentos a empregados	236.287,85	257.084,30
Adiantamentos fornecedores	43.997,50	202.320,19
Valores a recuperar	14.651,62	18.007,62
Estoques	0,00	15.815,89
Despesas do exercício seguinte	14.485,87	11.210,21
NÃO CIRCULANTE	12.640.399,01	11.117.220,37
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	152.117,46	192.169,32
Depósitos e cauções	152.117,46	192.169,32
INVESTIMENTOS	11.935,02	11.935,02
IMOBILIZADO	12.476.346,53	10.913.116,03
Imóveis	7.737.529,30	6.468.274,20
Veículos	1.337.085,12	1.301.685,13
Máquinas e equipamentos	2.689.667,70	2.565.694,53
Móveis e utensílios	1.070.089,01	1.020.927,33
Instalações e benfeitorias	7.258.195,60	6.692.978,54
Outras immobilizações	1.851,96	1.851,96
(-) Depreciações acumuladas	(7.618.072,16)	(7.138.295,66)
TOTAL DO ATIVO	17.715.949,77	16.911.803,00


Jane Therezinha Boeira de Almeida
Presidente
CPF 192.373.590-04


Marli Jane Oliveira Rodrigues
Contadora CRCRS 081412/O-6
CPF 006.050.210-07

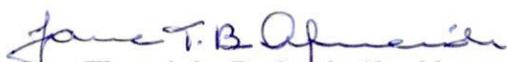
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE

PORTO ALEGRE - RS CNPJ 92.852.680/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	PASSIVO	
	2019	2018
CIRCULANTE	2.908.342,47	2.343.697,81
Fornecedores	42.916,85	4.959,98
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	789.034,78	573.690,05
Obrigações tributárias	146.364,89	91.842,20
Empréstimos	52.370,55	33.555,94
Contas a pagar	92.953,85	4.129,45
Provisões	420.342,80	317.612,74
Adiantamentos de mensalidades escolares	1.364.358,75	1.317.907,45
NÃO CIRCULANTE	385.592,63	375.109,86
Exigível a longo prazo		
Empréstimos	385.592,63	375.109,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.422.014,67	14.192.995,33
Patrimônio social	14.181.207,24	14.414.868,75
Ajustes de Exerc. Anteriores	0,00	85.990,99
Superávit (Déficit) do exercício	240.807,43	(307.864,41)
TOTAL DO PASSIVO	17.715.949,77	16.911.803,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Jane Therezinha Boeira de Almeida
Presidente
CPF 192.373.590-04


Marli Jane Oliveira Rodrigues
Contadora CRCRS 081412/O-6
CPF 006.050.210-07

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
EM 31 DE DEZEMBRO

	2019	2018
NA ÁREA DA EDUCAÇÃO		
RECEITAS ESCOLARES	17.190.963,98	15.753.375,47
Mensalidades escolares	17.190.963,98	15.753.375,47
CUSTOS DAS ATIVIDADES ESCOLARES	(12.133.705,45)	(11.359.078,00)
SUPERÁVIT BRUTO	5.057.258,53	4.394.297,47
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(1.663.875,54)	(1.172.103,98)
Despesas administrativas e gerais	(1.438.138,11)	(1.032.411,96)
Despesas financeiras	(756.785,83)	(707.810,27)
Despesas com depreciações	(280.031,01)	(279.571,96)
Receitas financeiras	301.529,57	323.423,32
Receitas de auxílio e subvenções	32.013,08	0,00
Receitas de doações	1.000,00	47.847,98
Receitas patrimoniais	140.301,42	167.270,54
Receitas de atividades extra curriculares	336.235,34	309.148,37
GRATUIDADES	(1.535.832,12)	(1.485.672,32)
ISENÇÃO DA QUOTA PATRONAL	0,00	0,00
Contribuições previdenciárias-Quota patronal	(1.870.179,10)	(1.809.220,72)
Isenção de contribuições previdenciárias	1.870.179,10	1.809.220,72
SUPERÁVIT OPERACIONAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	1.857.550,87	1.736.521,17
NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
RECEITAS PARA SUSTENTO DA ASSISTÊNCIA	2.247.652,43	2.432.475,45
Receitas de doações	1.087.823,16	1.233.798,96
Receitas de auxílio e subvenções	674.198,47	549.242,34
Venda de medicamentos	17.834,95	163.743,21
Receitas de aluguéis	467.795,85	485.690,94
CUSTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS	(3.360.897,39)	(3.955.528,52)
SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO	(1.113.244,96)	(1.523.053,07)
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(503.498,48)	(521.332,51)
Despesas administrativas e gerais	(247.551,02)	(257.018,44)
Despesas financeiras	(39.696,37)	(58.160,63)
Despesas com depreciações	(254.416,57)	(236.367,00)
Receitas financeiras	32.781,46	30.213,56
Receitas na alienação do imobilizado	5.384,02	0,00
ISENÇÃO DA QUOTA PATRONAL	0,00	0,00
Contribuições previdenciárias-Quota patronal	(446.030,90)	(446.030,90)
Isenção de contribuições previdenciárias	446.030,90	446.030,90
DÉFICIT OPERACIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	(1.616.743,44)	(2.044.385,58)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	240.807,43	(307.864,41)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Jane Therezinha Boeira de Almeida
 Presidente
 CPF 192.373.590-04


Marli Jane Oliveira Rodrigues
 Contadora CRCRS 081412/O-6
 CPF 006.050.210-07

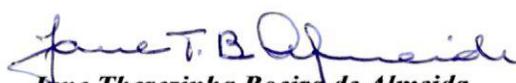
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE

PORTO ALEGRE - RS CNPJ 92.852.680/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	2019	2018
Saldo no início do exercício	14.181.207,24	14.414.868,75
Mutações no exercício:		
Ajustes de Exerc. Anteriores		85.990,99
Resultado do exercício	240.807,43	(307.864,41)
Saldo final do exercício	14.422.014,67	14.192.995,33

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Jane Therezinha Boeira de Almeida
Presidente
CPF 192.373.590-04


Marli Jane Oliveira Rodrigues
Contadora CRCRS 081412/O-6
CPF 006.050.210-07

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	240.807,43	(307.864,41)
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciações	534.447,58	515.938,96
Resultado ajustado	775.255,01	208.074,55
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em estoques	15.815,89	18.315,94
(Aumento) Redução em contas a receber	128.627,49	95.692,71
(Aumento) Redução em adiantamentos diversos	219.251,34	24.761,11
Aumento (Redução) em fornecedores	37.956,87	(6.645,15)
Aumento (Redução) em obrigações trab. sociais e fiscais	269.867,42	59.478,34
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	88.824,40	(57.851,96)
Aumento (Redução) em adiantamento de mensalidades	46.451,30	360.698,66
Aumento (Redução) em provisões	102.730,06	120.370,17
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.684.779,78	822.894,37
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado	(2.160.100,86)	(849.612,74)
Alienações ou baixas de imobilizado	50.634,69	41.460,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.109.466,17)	(808.152,74)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos tomados	176.711,95	19.614,40
Pagamentos de empréstimos tomados	(147.414,57)	(2.150,00)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	29.297,38	17.464,40
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA	(395.389,01)	(32.206,03)
DISPONIBILIDADES		
No início do exercício	3.951.761,90	3.983.967,93
No fim do exercício	3.556.372,89	3.951.761,90

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Jane Therezinha Boeira de Almeida
Presidente
CPF 192.373.590-04


Marli Jane Oliveira Rodrigues
Contadora CRCRS 081412/O-6
CPF 006.050.210-07

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019****I - CONTEXTO OPERACIONAL**

NOTA 1) A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE, fundada em 30 de junho de 1944, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, RS, é uma Entidade civil sem fins lucrativos de caráter assistencial, filantrópica, de direito privado, conforme seu Estatuto Social e tem por principais objetivos: ministrar instrução literária, científica e profissional, cooperar de todas as formas legais para o desenvolvimento cultural, intelectual, artístico, cívico e espiritual da mocidade em geral; dirigir, administrar e manter hospitais, orfanatos, asilos, abrigos e quaisquer outras obras de assistência social, sem distinção de sexo, classe, idade, cor, profissão, credo e nacionalidade.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 2) - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas observando a Legislação Societária e legislação complementar, as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos de Contábeis, associados às normas e instruções aplicáveis às Entidades Beneficentes de Assistência Social.

NOTA 3) Desde longa data, a Entidade vem mantendo escrituração contábil segregada por estabelecimento e por área de atuação, de modo a evidenciar as suas receitas, os custos e as despesas de cada área de atividade, conforme Demonstração do Resultado do Período. Assim cumpre o disposto na Lei 12.101/09, Art.33.

III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

NOTA 4) Em observância à legislação societária e às Normas Brasileiras de Contabilidade, os resultados e as mutações patrimoniais foram apurados e registrados segundo os princípios da competência e da oportunidade.

NOTA 5) Os direitos e obrigações da Entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

NOTA 6) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

NOTA 7) Os estoques estão valorizados pelo custo médio das aquisições, que não excede o valor de mercado. Neste exercício foi encerrada a atividade da Farmácia mantida na cidade de Dom Feliciano.

NOTA 8) O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou de construção, acrescido de correção monetária até 31/dez/1995, ajustado por depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pelo tempo de vida útil estimado dos bens.

NOTA 9) - Os ativos da Entidade estão registrados contabilmente por valor não superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

NOTA 10) Os adiantamentos de mensalidades escolares acolhem os valores das matrículas recebidas antecipadamente, referentes ao ano letivo seguinte.

NOTA 11) As receitas da Entidade são apropriadas pelo regime de competência, através dos contratos de prestação de serviços educacionais, e têm como documentos hábeis de comprovação de seu recebimento, avisos bancários, recibos e outros.

NOTA 12) As despesas da Entidade são apropriadas pelo regime de competência, através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 13) A Entidade tem contratados seguros predial e de veículos.

NOTA 14) Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em atendimento ao seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A Entidade não remunera os membros da Diretoria e também não distribui qualquer parcela de seu resultado e rendas, a qualquer título ou pretexto.

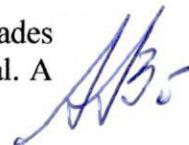
NOTA 15) A Entidade recebe doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para o atendimento de suas finalidades socioassistenciais e filantrópicas. Neste exercício recebeu doações no montante de R\$ 1.088.823,16.

NOTA 16) Os principais auxílios e subvenções que a Entidade recebeu do Poder Público neste exercício, foram:

Municipais	702.198,47
Estaduais	4.013,08

NOTA 17) GRATUIDADES CONCEDIDAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE praticou gratuidades em duas áreas de atuação, pertinentes às entidades beneficentes de assistência social. A mensuração desta gratuidade está assim demonstrada:



a) ÁREA DA EDUCAÇÃO:

Foram concedidas bolsas integrais e parciais a alunos carentes, cumprindo índices previstos na Lei 12.101/09, artigo 13, como se demonstra:

	Alunos
Total de alunos matriculados adimplentes	1.671
Bolsas Integrais	259
Bolsas parciais 50%	36
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	1

b) ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os serviços oferecidos e as ações desenvolvidas estão em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social, compreendida em Serviços de Proteção Social Básica, com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes; atendimento de oficinas de geração de renda e capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos, proporcionando a inclusão produtiva. Todos os serviços são ofertados à comunidade de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

NOTA 18) O custo da isenção da quota patronal de previdência social usufruída pela Entidade neste ano foi de R\$ 2.274.366,59 e favoreceu o trabalho assistencial nas duas áreas, mediante a seguinte distribuição:

Área da educação	1.870.179,10
Área da assistência social	404.187,49

Porto Alegre, RS, 31 de dezembro de 2019.


Jane Therezinha Boeira de Almeida

Presidente

CPF 192.373.590-04


Marli Jane Oliveira Rodrigues

Contadora CRCRS 081412/O-6

CPF 006.050.210-07